



APROPUC

ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DA PUC-CAMPINAS

www.apropucc.org.br

Dezembro/2016 | Ano II - Número 2 | apropucc@apropucc.org.br

NA LUTA

Reitoria responde a documento com demandas elaboradas pelos professores

As propostas caminham no sentido de estabelecer um futuro Acordo Interno

Em maio passado, durante a assembleia convocada pela Apropucc e o Sinpro Campinas e Região, os professores ali presentes discutiram suas reivindicações, resultando na elaboração de uma proposta para um futuro Acordo Interno na instituição.

O documento contém demandas novas ou que já estão em negociação com a reitoria e que tratam de vários direitos e benefícios relacionados à categoria.

Entre as reivindicações se destacam: adequações na carreira e na carga horária docente, melhora na distribuição de alunos em sala de aula, garantia de espaço adequado para descanso dos professores de outras cidades que passam o dia todo na instituição, melhorar a divulgação da classificação dos professores que

participam dos processos seletivos internos, concepção e processo de avaliação docente, recursos para desenvolvimento dos projetos de pesquisa/extensão, estabelecer critérios objetivos para a análise de projetos de pesquisa/extensão e dos relatórios finais e assegurar condições apropriadas de infraestrutura em salas de aula.

Devido à dificuldade de agendar audiência para discutir as demandas dos professores, a Apropucc enviou as reivindicações por ofício e a reitoria da PUC-Campinas respondeu por escrito à entidade.

A diretoria da entidade está analisando as respostas apresentadas e conversando com os professores para definir os próximos passos dessa negociação.

Antecipação de parte do décimo terceiro salário pode ser pedida até janeiro de 2017

O adiantamento da primeira parcela da gratificação de natal (13º salário) poderá ser pago junto com as férias de 2017 ao professor que requisitar o benefício até janeiro do correspondente ano.

A solicitação por escrito deve ser protocolada no departamento de Recursos Humanos da instituição para que o pagamento da metade do 13º salário seja liberado no momento de suas férias. A antecipação será paga proporcionalmente

ao tempo de serviço do professor.

Esse direito é assegurado pelo artigo 4º do Decreto 57.155 de 03/11/1965, que regulamenta a legislação que institui a gratificação de Natal para todos os trabalhadores, além de ser garantida pela Constituição Federal.

Caso tenha alguma dúvida ou problema entre em contato com a Apropucc ou o Sinpro Campinas.

Fique atento aos prazos!

Encontro de Corais comemora 10 anos do Coral do Sinpro Campinas e Região

O Sinpro Campinas e Região vai comemorar os 10 anos de seu coral com festa e um encontro de corais. Será no dia 10 de dezembro (Sábado), das 19h30 às 22h, na sede da entidade. Haverá exposição de fotos, exibição do vídeo relembrando a história do Coral e apresentação do Coral do Sinpro e de corais convidados.

O Coral do Sinpro surgiu em 2006 como uma Oficina Cultural do Ponto de Cultura do sindicato. Alguns anos depois, a entidade deixou de ser Ponto de Cultura e sua diretoria decidiu assumir o grupo como sendo o Coral do sindicato, sob a responsabilidade do diretor do Sinpro e da Apropucc e ainda integrante do Coral, Paulo Cosiuc.

Apoio aos estudantes

A Apropucc manifestou contrariedade à postura da PUC-Campinas no recente episódio de intimação em sala de aula de cinco alunos por suposta tentativa de ocupar os campi em protestos contra a PEC 55 do governo Temer e a reforma do Ensino Médio. A Universidade lamentavelmente abriu um processo contra os estudantes ameaçando-os de multa e solicitou reforço policial para acompanhar as manifestações realizadas no dia 11 de novembro, Dia Nacional de Greves e Paralisações.

A Apropucc entende que o debate é legítimo e que os estudantes têm o direito de mobilizar-se e de se manifestar em relação a esses temas, já que são e serão afetados diretamente por essas novas diretrizes, caso aprovadas. Confira no site (www.apropucc.org.br) a Nota Pública divulgada pela entidade.

ORGANIZAÇÃO

EDITORIAL

Estamos chegando ao final de mais um ano letivo, um ano difícil do ponto de vista econômico, político e social, com diversos reflexos nas relações de trabalho e emprego.

A negociação salarial, conforme previsto no ano de 2015, foi muito difícil quando, pela primeira vez em muitos anos, a PUC-Campinas não concedeu parte do reajuste salarial dos professores no mês de março, que é a data base da categoria.

Para 2017 podemos esperar dificuldades ainda maiores no que diz respeito às questões trabalhistas, incluindo a negociação salarial. Novas medidas devem ser aprovadas pelo Congresso e/ou determinadas pelo STF, como foi o caso da suspensão de todos os processos e efeitos de decisões no âmbito da Justiça do Trabalho, que discutam a aplicação da ultratividade de normas de acordos de Convenção Coletiva, assinada em 14 de outubro de 2016 pelo ministro do STF, Gilmar Mendes. Na prática, essa decisão permite que, em tese, nosso acordo coletivo deixa de existir a partir do dia primeiro de março.

Diante do que vem se desenhando para 2017, devemos esperar muitas dificuldades em relação à negociação coletiva da categoria, bem como discussões internas sobre diversas situações que estamos vivenciando no âmbito da PUC-Campinas. Para tanto é fundamental o fortalecimento da categoria, assim como a união e mobilização do corpo docente, independente de posições políticas ou partidárias, para garantirmos direitos conquistados ao longo de décadas.

A Apropucc agradece aos professores pelo apoio recebido ao longo do ano que se finda e reforça a necessidade de união, participação e mobilização do corpo docente para que nenhum direito conquistado seja perdido no próximo ano.

Desejamos a todos os professores e professoras um Feliz Natal e um início de ano com as energias renovadas para, além do trabalho, também unir forças para enfrentarmos com esperança e criatividade as dificuldades que estão por vir.

Diretoria da Apropucc

Orientação para o Professor: Assédio Moral no ambiente de trabalho

A Apropucc preocupa-se com o ambiente de trabalho desta Universidade e por isso apresenta algumas informações e orientações aos docentes, funcionários e alunos sobre assédio moral, caso situações como estas venham a ocorrer no cotidiano da instituição

O assédio moral é uma forma de violência no trabalho que consiste na exposição prolongada e repetitiva dos trabalhadores a situações vexatórias, constrangedoras e humilhantes, praticadas por uma ou mais pessoas. Ocorre por meio de comportamentos com o objetivo de humilhar, ofender, ridicularizar, inferiorizar, culpabilizar, amedrontar, punir, pressionar ou desestabilizar emocionalmente os trabalhadores, colocando em risco a sua saúde física e psicológica, além de afetar o seu desempenho e o próprio ambiente de trabalho.

Encontramos no Núcleo de Estudos de Processos Psicossociais e de Saúde nas Organizações e no Trabalho da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina) orientações sobre como agir em situação de assédio. Caso não saiba como identificar situações de assédio moral no trabalho, confira algumas dicas presentes no site da UFSC.

Como agir e denunciar?

Se você é vítima de assédio moral em seu ambiente de trabalho, não fique calado. Existem inúmeros meios para denunciar e agir contra esse tipo de violência:

- Converse, inicialmente, com o agressor para esclarecer como você se sente (se houver possibilidade de diálogo);
- Procure solidariedade, ajuda mútua e estratégias coletivas para enfrentar o problema;
- Procure suporte emocional com amigos, família, colegas e psicólogos;
- Evite conversar a sós com o agressor. Leve um colega ou representante sindical para servir como testemunha;
- Relate as agressões na Ouvidoria ou no setor de Recursos Humanos e solicite uma mediação para solucionar o problema;
- Busque apoio jurídico com profissionais devidamente habilitados;
- Contate os responsáveis pelo SESMT (Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho) ou a CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes).

Onde denunciar?

- No sindicato da sua categoria;
- Nos CERESTs (Centros de Referência em

Saúde do Trabalhador), relatando o ocorrido ao médico, assistente social ou psicólogo;

- Se você for celetista: denuncie no Ministério do Trabalho e Emprego (Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego – Comissão de Promoção de Igualdade de Oportunidades e Combate à Discriminação);
- Se você for servidor público: procure ajuda no setor atendimento à saúde ou Recursos Humanos e/ou nas seguintes instituições e órgãos: Ministério Público do Trabalho, Justiça do Trabalho, Comissão dos Direitos Humanos.

Como documentar?

- Anote, detalhadamente, todas as humilhações sofridas. Especifique: dia, mês, ano, hora, local/setor, nome do(s) agressor(es), colegas que presenciaram, o conteúdo da humilhação e demais informações relevantes;
- Grave, se possível, as conversas em que ocorrem agressões.

Outras opções de denúncia e busca de auxílio:

- Comissão de Direitos Humanos da OAB;
- Conselhos Regionais das diversas profissões (Medicina, Psicologia, Enfermagem, Serviço Social etc.);
- Conselhos municipais e estaduais dos direitos;
- Ministério Público do Trabalho;
- Ministério Público Estadual;
- Justiça do Trabalho.

Por que denunciar?

- Reparar os danos morais sofridos;
- Combater o comportamento do agressor e/ou da empresa;
- Prevenir que outras pessoas na organização sofram assédio;
- Minimizar as humilhações vivenciadas;
- Sentir-se mais amparado em relação à queixa;
- Contribuir para uma relação mais colaborativa e saudável no ambiente de trabalho.

As informações acima integram a cartilha sobre assédio moral que a UFSC elaborou a respeito dessa prática.

Se você é vítima de assédio moral, não fique calado. Existem inúmeros meios para denunciar e agir contra esse tipo de violência e a Apropucc é mais um deles. Estamos de portas abertas para acolhê-lo e orientá-lo na denúncia e trabalhando também para construirmos estratégias de combate ao assédio.

Para mais informações sobre esse tema, acesse o site da UFSC (www.assediomoral.ufsc.br).

CONJUNTURA NACIONAL

Manifesto Popular: Por nenhum direito a menos!

Desde o início do governo Temer a diretoria da Apropucc tem se manifestado contra as medidas impopulares anunciadas. Não por ser contra mudanças, mas porque essas reformas vêm em detrimento de direitos históricos conquistados pela classe trabalhadora.

A Reforma do Ensino Médio, a PEC 55, o projeto Escola Sem Partido, a entrega do pré-sal, o fatiamento da Petrobrás para privilegiar as petroleiras estrangeiras, entre outros ataques, apontam para um perigoso retrocesso que atingirá diretamente os trabalhadores, a juventude e os pobres deste país.

A Apropucc considera urgente que os setores populares da sociedade avancem na realização de ações que se configurem na luta do povo, na resistência aos ataques do governo e na organização de mobilizações das mais diversas categorias de trabalhadores para defendermos juntos nossos direitos e o Serviço Público, em especial, a Educação e a Saúde.

Neste momento de grandes embates e com a responsabilidade de fazermos avançar soluções populares, a Apropucc integra a Frente Brasil Popular e se posiciona através do Manifesto Popular "Não vamos aceitar o desmonte do Serviço Público: por nenhum direito a menos!". Confira abaixo:

A diretoria da Apropucc vem a público manifestar-se contra a política de retrocessos promovida pelo governo Michel Temer (PMDB), como a PEC (Proposta de Emenda à Constituição) 55, a flexibilização das leis trabalhistas, as reformas na Previdência e no Ensino Médio, o projeto Escola Sem Partido, o ataque ao direito de greve dos funcionários públicos, a privatização do pré-sal e a retirada de direitos sociais.

Depois de ser aprovada em duas votações na Câmara dos Deputados, a PEC 241, rebatizada no Senado Federal como PEC 55, passará ainda por duas votações. Caso aprovada pelos senadores e sancionada pelo presidente, a medida alterará a Constituição Federal congelando por 20 anos os investimentos públicos. E, ao impor que o Orçamento seja corrigido anualmente apenas pela inflação do ano anterior, mesmo se a população crescer, a proposta afetará os recursos destinados à Saúde e Educação Públicas e à Assistência Social.

A diretoria da entidade manifesta também preocupação com o efetivo cumprimento das metas do PNE (Plano Nacional de Educação), que prevê a aplicação de 10% do PIB (Produto Interno Bruto) do país na área, como forma de assegurar a qualificação da Educação Pública.

Essa PEC poderá levar o país a uma estagnação ou queda dos investimentos públicos em infraestruturas física e social durante duas décadas que em nada contribuirá para reverter o quadro do agravamento da inflação, da diminuição da dívida pública, do crescimento do desemprego, do sucateamento dos serviços públicos, da ineficiência na gestão do dinheiro público, do combate à corrupção, podendo até agravá-lo.

Além disso, considera-se o crescimento inevitável da população, onde os investimentos em Cultura, Ciência e Tecnologia, Assistência Social, Segurança Pública, Programas Sociais e Infraestrutura cairão também em termos reais por

não ter definido um percentual de investimento mínimo. Cada vez mais, economistas e estudiosos de ilibada honestidade intelectual, vão esclarecendo que a PEC 55 apenas favorece o setor financeiro e rentista nacional e internacional, em detrimento das classes populares.

Diante desse grave cenário, a diretoria da Apropucc rejeita uma lei sobre teto de despesas como esta, que apenas comprime investimentos essenciais e diminui a provisão de serviços públicos. E como parte das despesas obrigatórias é indexada ao salário mínimo, a regra prejudica a lei de reajuste do salário mínimo, pois impede sua valorização real, mesmo com o crescimento da economia.

Reforma do Ensino Médio: ataque frontal à docência e à educação cidadã, pública e de qualidade

A Apropucc repudia também a decisão unilateral e antidemocrática do governo Temer – via Medida Provisória 746 anunciada sem diálogo com os setores educacionais da sociedade civil organizada – de apresentar a proposta que altera e desrespeita o projeto curricular defendido pela LDB ao desobrigar o ensino de Filosofia, Sociologia, Artes e Educação Física, tornando essas matérias optativas. Além disso, fragmenta o ensino, favorecendo que os estudantes optem por disciplinas do núcleo comum ou técnico-profissionalizantes.

Para a entidade, “flexibilizar” o currículo do ensino médio significa deixar de oferecer matérias que garantam o desenvolvimento do pensamento crítico, do entendimento das estruturas sociais da realidade vivida e da formação integral que passa pela sensibilidade, criatividade e cuidado com o corpo, reduzindo o processo formativo a uma visão pragmática e tecnicista do conhecimento. Além disso, a proposta tende a respaldar políticas que abram a possibilidade para que o setor privado e os conglomerados de educação invistam em escolas

profissionalizantes com currículos pífios que fomentam a “venda de diplomas” e fortalecem o conceito da educação como mercadoria. Essa medida também abre precedentes para que o Estado reduza sua obrigação de oferecer um Ensino Público, gratuito e de qualidade.

Acreditamos que tal reforma no ensino médio prejudica o magistério “ao autorizar que qualquer pessoa com ‘notório saber’ possa lecionar, independentemente de sua formação”; piora a qualidade do ensino; acaba com as licenciaturas e enfraquece a profissão de professor.

Neste documento, a diretoria da Apropucc não pode deixar de expressar seu apoio aos estudantes, professores e técnico-administrativos das escolas e universidades públicas que estão lutando bravamente para defender a educação, mais democracia e transparência na gestão dos recursos orçamentários.

Por que devemos nos mobilizar?

A Reforma da Previdência que prevê, entre outros itens, o aumento do tempo de contribuição e o fim do direito à aposentadoria especial para a classe trabalhadora, enquanto não incidirá em perda de privilégios dos magistrados e alto escalão militar; a flexibilização dos direitos que visa privilegiar os acordos e negociações coletivos, ao invés de atender as leis trabalhistas; a liberdade para a terceirização irrestrita das atividades fim da empresa e os cortes nos programas sociais como Fies, Bolsa Família e Ciência Sem Fronteiras são algumas propostas que demonstram que devemos lutar muito para assegurar e aprimorar nossos direitos e conquistas.

Sem dúvida esse conjunto de medidas que está em discussão no Congresso Nacional afeta diretamente a classe trabalhadora, em especial a nossa área, a educação. Dessa forma, se faz urgente mobilizarmos todos os setores (movimentos sindical, social e estudantil) para barrar os ataques orquestrados pelo poder Executivo em parceria com o Legislativo, Judiciário e os veículos de imprensa.

A diretoria da Apropucc avalia que as medidas anunciadas pelo governo Temer têm mais “retrocessos do que avanços” para a população brasileira. Desta forma, para combater esse desmonte em curso e que trará grandes prejuízos sociais e trabalhistas, a entidade indica aos professores e estudantes da PUC-Campinas o apoio e participação nas mobilizações nacionais convocadas pelas centrais sindicais do campo progressista, em especial, os divulgados pela Contee (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino).

EDUCAÇÃO

Apropucc questiona título de Doutor Honoris Causa entregue ao Secretário de Educação do Estado

O homenageado, José Renato Nalini, defende a exclusão da educação de papel do Estado e reforça ação repressiva da PM

Em 16 de setembro a PUC-Campinas outorgou o título de Doutor *Honoris Causa* ao Professor Doutor José Renato Nalini. A cerimônia integrou as comemorações dos 75 anos da Universidade e contou com as presenças de Pró-Reitores, ex reitores, integrantes do Consun (Conselho Universitário), além de autoridades eclesiásticas.

A Apropucc manifesta-se contrária à homenagem concedida, tendo em vista que o título Doutor *Honoris Causa* deve ser concedido às pessoas que se destacaram em determinada área, como artes, ciência, filosofia, letras, promoção da paz e de causas humanitárias, entre outras.

Nalini é formado em Direito pela PUC-Campinas, é Mestre e Doutor em Direito Constitucional pela Faculdade de Direito da USP e atualmente é Secretário de Educação do Estado de São Paulo.

Entretanto, coleciona inúmeras defesas antidemocráticas e impopulares que se chocam com o significado da homenagem concedida. Entre elas está a afirmação de que Estado deve atuar apenas em situações “elementares e básicas”, excluindo o atendimento à educação como direito de todos e dever do Estado, tal como está previsto na Constituição Federal. Disse ser favorável à reorganização das escolas, que prevê o fechamento de salas e remanejamento de estudantes, e foi além ao justificar que “não existe reorganização branda” e que essa mudança é necessária porque o número de estudantes vem diminuindo por causa das mudanças demográficas. Quando ainda era presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo defendeu em entrevista a um telejornal a concessão de R\$ 1 bilhão em “auxílio-moradia” para os juízes, que

correspondia a R\$ 4,4 mil por mês para cada magistrado do país, independentemente de já ter casa e de estar na ativa ou não. A defesa apresentada para o auxílio-moradia, segundo ele “disfarça um aumento do subsídio que está defasado há muito tempo” e faz parte do combate à depressão que atinge os juízes que precisam estar bem apresentáveis e nem sempre podem ir a Miami comprar ternos.

Essas são algumas das defesas e posturas controversas do professor Nalini, que em situações de conflitos com professores e estudantes, ao invés de dialogar, recorre à força policial da PM para reprimir manifestações populares.

Devido ao histórico do homenageado, o representante dos docentes no Consun e presidente da Apropucc, Ednilson Arendit, justificou sua ausência na cerimônia.

Eleições Municipais 2016: entidade realiza sabatina com candidatos



Fabiana Ribeiro

Estudantes, professores e movimentos sociais lotaram o auditório para ouvir as propostas dos prefeituráveis

Entre os dias 19 e 22/10, a Apropucc, o Sinpro Campinas e a CACI organizaram quatro sabatinas com os candidatos a prefeito e vereador da cidade.

Os candidatos à Câmara Municipal de Campinas expuseram suas ideias o tema “O Legislativo e as Políticas Públicas para a Educação e a Saúde”. Os prefeituráveis apresentaram seus projetos e soluções para a cidade nas áreas da Educação, Macroeconomia, Segurança Pública, Responsabilidade Ambiental, Saúde Pública e Urbanismo.

O objetivo foi permitir que a comunidade acadêmica e a população conheçam as propostas e projetos dos candidatos, além de viabilizar a troca de ideias com os políticos que estarão à frente do Legislativo e do Executivo.

CONJUNTURA NACIONAL: LEITURA RECOMENDADA

Como forma de promover o debate na Universidade sobre os impactos das medidas governamentais que vem sendo apreciadas e votadas pelo Congresso Nacional e Judiciário a toque de caixa, a Apropucc enviou, em meados de novembro, uma nota aos professores e professoras com a indicação de textos e vídeos para serem lidos ou vistos em sala de aula, a fim de, pelo menos, dar a conhecer fatos que, sistematicamente, têm sido minimizados, distorcidos ou ocultados pela grande mídia no país. Confira, abaixo as notas e matérias a respeito:

“Nota pública da Contee contra a PEC 241”, acesse www.contee.org.br; “Nota da CNBB sobre a PEC 241”, acesse www.cnbb.org.br; “Nota da AJUFE sobre a PEC 241”, acesse www.ajufe.org/home; “Motivos para parar dia 11 de novembro não faltam”, acesse www.sinprocampinas.org.br; “A antirreforma do Ensino Médio”, acesse www.cartacapital.com.br; “Entidades de professores lançam manifesto contra MP do Ensino Médio”, acesse www.agenciabrasil.etc.com.br e “Para CNBB, é “inadequado e abusivo” que reforma do Ensino Médio seja feita por MP”, acesse www.cnbb.org.br.